



CADERNO DE QUESTÕES

CONTADOR

NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou distorções textuais ou em imagens. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
3. A prova terá a duração de **3 h (três horas)**, incluindo o tempo de preenchimento da Folha de Respostas.
4. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas da prova será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltarem **60 (sessenta)** minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Considere o aviso a seguir, afixado em um refeitório institucional:



Disponível em:

<http://trabalhodeportinstrumentaljossetarci.blogspot.com/2017/04/ambiguidade-sintatica-e-semantica.html>. Acesso em 15 fev. 2026.

A frase apresenta um problema de construção que gera ambiguidade. Assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** a causa dessa ambiguidade e a reescreve de forma a eliminá-la, mantendo o sentido pretendido pela direção do estabelecimento.

(A) A ambiguidade é lexical, pois a palavra "prato" pode significar tanto o utensílio quanto a refeição. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido duas pessoas comerem o mesmo prato."

(B) A ambiguidade é estrutural (ou sintática), pois a expressão "duas pessoas" pode ser interpretada como sujeito ou como objeto direto do verbo "comer". Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido que duas pessoas comam no mesmo prato."

(C) A ambiguidade é polissêmica, pois o verbo "comer" possui mais de um significado. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido alimentar-se de duas pessoas utilizando o mesmo prato."

(D) A ambiguidade é referencial, pois não fica claro a quem "a direção" se refere. Reescreve-se corretamente como: "Atenção, direção! Não é permitido comer duas pessoas no mesmo prato."

(E) A frase não apresenta ambiguidade, apenas uma inadequação de pontuação. A forma correta seria: "Atenção! Não é permitido comer, duas pessoas, no mesmo prato."

QUESTÃO 02

Leia o texto abaixo para responder:

"O economista Pedro Gomes defende a semana de quatro dias de trabalho não para tornar as pessoas mais felizes, mas sim porque acredita que, assim, será possível salvar o capitalismo.

Autor do livro *Sexta-feira é o novo sábado* (2021), o professor de economia da Universidade de Londres em *Birkbeck* afirma que o mundo passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas, mas o trabalho não acompanhou essas mudanças.

O resultado são funcionários estafados e famílias exaustas — isso pensando na realidade de países em que prevalece a escala 5x1.

Enquanto o Brasil vê ganhar fôlego a campanha para acabar com a semana de seis dias de trabalho com um dia de folga, Gomes aplaude a iniciativa, considerando o modelo algo remanescente do século 19.

Mas frisa a necessidade de que as mudanças sejam graduais e bem planejadas, com diferentes soluções sendo encontradas para diversos setores."

Sobre o texto, analise as afirmativas:

I. A tese central defendida por Pedro Gomes é que a redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais deve ser implementada prioritariamente para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

II. Depreende-se do texto que, para o autor, o modelo de trabalho vigente (escala 5x1) não acompanhou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas, gerando desgaste para os trabalhadores.

III. O público-alvo prioritário do texto são especialistas em economia e mercado de trabalho, uma vez que a argumentação se restringe a dados técnicos e estatísticos sobre produtividade.

IV. O texto estabelece uma comparação implícita entre a realidade brasileira (debate sobre o fim da escala 6x1) e a proposta mais ampla de Gomes (semana de quatro dias), situando-as em um mesmo espectro de discussão sobre flexibilização da jornada.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Considerando as características dos gêneros textuais no contexto da comunicação oficial e pública, relacione a coluna A (intencionalidade discursiva predominante) à coluna B (gênero):

Coluna A

1. Expor, de forma detalhada e impessoal, fatos e conclusões de uma investigação, visando à objetividade e à comprovação de hipóteses.
2. Interpretar um fato cotidiano sob uma ótica subjetiva e muitas vezes poética, estabelecendo uma cumplicidade com o leitor por meio da reflexão sobre o ordinário.
3. Apresentar a posição institucional do veículo sobre um tema de relevância pública, buscando influenciar a opinião pública e os agentes políticos por meio da argumentação.

Coluna B

- () Editorial de um grande jornal.
() Relatório técnico de comissão parlamentar de inquérito.
() Crônica publicada em revista semanal.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 3, 1, 2.
(B) 2, 3, 1.
(C) 1, 2, 3.
(D) 2, 1, 3.
(E) 3, 2, 1.

QUESTÃO 04

De acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a frase inteiramente **CORRETA** quanto à grafia, acentuação e emprego de maiúsculas/siglas é:

- (A) A ONG apresentou um relatório sobre o microônibus elétrico, cujo protótipo, em fase de auto-aprendizagem, opera com uma tecnologia que não emite poluentes.
(B) O requerimento foi encaminhado ao IPHAN solicitando autorização para a reforma do imóvel, uma vez que o novo projeto prevê a instalação de uma anti-sala e de um mini-auditório.
(C) O parecer técnico da CPRM indicou que o aquífero está com nível preocupante, o que, por si só, já justificaria a decretação de estado de emergência hídrica pelo prefeito.

- (D) A cooperativa de catadores de material reciclável, que firmou convênio com a COMLURB, foi a única a receber o prêmio de destaque em sustentabilidade, recebendo um troféu e um pingente de ouro.
(E) A Assembléia Legislativa aprovou, em turno único, o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental, visando coibir o desmatamento e incentivar a criação de abelhas nativas sem ferrão.

QUESTÃO 05

No período “O Ministério Público – **órgão permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado** – promoveu, **na última semana**, uma audiência pública; contudo, a participação popular, **embora esperada**, ficou aquém do desejado.”, o emprego dos sinais de pontuação produz, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido ou funções:

- (A) O travessão isola um aposto explicativo com valor adverbial; vírgulas em “na última semana” destacam um adjunto adverbial deslocado; o ponto e vírgula separa orações coordenadas sindéticas adversativas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma conjunção concessiva.
(B) O travessão isola um vocativo com valor substantivo; vírgulas em “na última semana” separam elementos de mesma função sintática; o ponto e vírgula introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva; vírgulas em “embora esperada” marcam a elipse do verbo.
(C) O travessão isola um adjunto adverbial intercalado com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” marcam a ênclise obrigatória; o ponto e vírgula separa orações subordinadas substantivas; vírgulas em “embora esperada” indicam a supressão de um termo.
(D) O travessão isola um termo de natureza apositiva com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” destacam uma expressão circunstancial deslocada; o ponto e vírgula separa orações coordenadas assindéticas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adverbial concessiva intercalada.
(E) O travessão isola um termo acessório com valor restritivo; vírgulas em “na última hora” marcam a próclise em locução verbal; o ponto e vírgula separa orações coordenadas conclusivas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

Analise as ocorrências da partícula “se” nas seguintes orações:

- I. “Não se trata de uma ação de indenização por danos materiais, mas de obrigação de fazer.”
- II. “Os documentos extraviaram-se durante a tramitação do processo na secretaria.”
- III. “Precisa-se de intérpretes para a audiência com a comunidade indígena.”
- IV. “O réu feriu-se com a própria arma durante a discussão, segundo a perícia.”

As funções da partícula “se” são, respectivamente:

- (A) Parte integrante do verbo, pronome apassivador, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito, pronome apassivador, partícula de realce e pronome recíproco.
- (C) Conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- (D) Partícula expletiva, pronome apassivador, conjunção condicional e pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo, partícula apassivadora e parte integrante do verbo.

QUESTÃO 07

Leia os textos abaixo para responder à questão.

Texto I

*Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!
(Alphonsus de Guimaraens)*

Texto II

*“Querida querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos,
Como são lindos os burgueses”
(Caetano Veloso)*

Texto III

*“Não chorem... que não morreu!
Era um anjinho do céu
Que um outro anjinho chamou!
Era uma luz peregrina,
Era uma estrela divina
Que ao firmamento voou!”
(Alvares de Azevedo)*

Considerando os recursos estilísticos e as figuras de linguagem presentes nos textos, analise as afirmativas:

- I. No Texto I, a expressão "sonora audição colorida do aroma" articula três dimensões sensoriais distintas (som, visão e olfato) em uma mesma imagem, configurando-se, assim, na figura de linguagem sinestesia.
- II. No Texto II, a repetição da estrutura "Como são lindos" caracteriza catáfora, e o emprego do verbo "querer" no infinitivo seguido de "querer gritar" ("Querida querer gritar") cria um vício de linguagem chamado pleonasma vicioso.
- III. No Texto III, a caracterização da criança morta como "anjinho do céu", "luz peregrina" e "estrela divina" constitui uma gradação ascendente de metáforas (alegoria), enquanto a ideia de que "não morreu" porque foi chamada por outro anjo configura um eufemismo para a morte.
- IV. Nos três textos, predomina a função poética da linguagem, evidenciada pelo trabalho estético com as palavras, pelo uso de figuras de linguagem e pela exploração de recursos sonoros e rítmicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08

Considerando as normas de concordância verbal e nominal da língua culta e os possíveis problemas de ambiguidade, assinale a alternativa em que a reescrita do trecho abaixo mantenha o sentido original e esteja gramaticalmente **CORRETA**.

“A demora na análise dos processos, segundo alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, o que tem gerado recorrentes reclamações.”

(A) Devem-se à complexidade dos novos sistemas, conforme alegam os contribuintes, a demora na análise dos processos e as recorrentes reclamações geradas.

(B) Os contribuintes alegam que a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, os quais tem gerado recorrentes reclamações.

(C) Segundo os contribuintes, a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, que, recorrentemente, vêm gerando reclamações.

(D) A demora na análise dos processos, alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas e às recorrentes reclamações que têm sido geradas.

(E) A demora na análise dos processos, segundo alegação dos contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, fato que tem gerado recorrentes reclamações.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETA** e respectivamente, as lacunas do texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à regência, à crase e à colocação pronominal.

"O relator do projeto de lei orçamentária apresentou _____ comissão _____ emendas que _____ propostas durante a audiência pública, garantindo que _____ analisaria com a devida atenção."

- (A) à / suas / lhe foram / as.
- (B) a / suas / foram-lhe / às.
- (C) à / suas / lhe foram / às.
- (D) a / à / o foram / as.
- (E) à / suas / o foram / às.

QUESTÃO 10

Considere o período abaixo e analise as relações de sentido estabelecidas pelos conectores destacados:

"O magistrado indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal, **porque** considerou as testemunhas arroladas suspeitas para depor no processo, **conforme** jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **embora** a defesa tenha apresentado contrarrazões robustas argumentando pela idoneidade das testemunhas."

Os conectores destacados estabelecem, no contexto, relações de sentido, respectivamente, de:

- (A) Causa, conformidade e oposição.
- (B) Causa, comparação e concessão.
- (C) Explicação, consequência e condição.
- (D) Explicação, conformidade e concessão.
- (E) Conclusão, conformidade e proporção.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

A formulação e a execução de políticas públicas envolvem escolhas de prioridades, coordenação entre órgãos e níveis de governo e definição de arranjos para prestação de serviços essenciais. Em contextos municipais amazônicos, a capacidade estatal de integrar saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura se relaciona diretamente com a qualidade de vida e com desigualdades territoriais.

Considerando a atuação estatal no modelo constitucional brasileiro de prestação de serviços públicos e formulação de políticas públicas, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O Estado tende a exercer papel prioritariamente normativo na definição de políticas, enquanto a execução dos serviços essenciais se organiza como atividade administrativa de rotina. Nesse enquadramento, a qualidade de vida decorre sobretudo da eficiência interna dos órgãos e do ajuste de procedimentos de atendimento.

(B) O Estado tende a atuar como regulador de políticas públicas, com provisão predominante dos serviços essenciais por agentes privados e comunitários. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se relaciona principalmente à liberdade de escolha do usuário e à diversidade de ofertas no território.

(C) O Estado tende a formular e executar políticas públicas por meio de planejamento, coordenação e responsabilização institucional em articulação federativa. Nesse enquadramento, a cobertura e a qualidade de serviços como saúde, educação, assistência, saneamento e infraestrutura influenciam condições de vida, equidade e desenvolvimento social.

(D) O Estado tende a orientar políticas públicas a partir de metas setoriais independentes, com execução baseada em entregas pontuais e baixa necessidade de integração. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se explica majoritariamente por ações emergenciais e por respostas imediatas à demanda.

(E) O Estado tende a se concentrar em formulação estratégica e em transferência de recursos, delegando a execução dos serviços essenciais a redes sociais autônomas. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se consolida pela autogestão comunitária e por arranjos locais de provisão.

QUESTÃO 12

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando a concepção integrada de desenvolvimento sustentável e o papel dos instrumentos públicos de gestão ambiental, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela compatibilização entre conservação e atividades produtivas, com centralidade em medidas de mitigação, compensação e recomposição ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão orientam o uso do território principalmente pelo ajuste de impactos decorrentes da atividade econômica.

(B) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela difusão de práticas produtivas de menor impacto e pela consolidação de padrões setoriais de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão atuam prioritariamente na indução de adesão progressiva e na coordenação de compromissos de uso dos recursos naturais.

(C) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pelo acompanhamento de riscos ambientais e pela adaptação territorial a alterações do regime hídrico, da cobertura vegetal e de eventos recorrentes. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão se concentram na estruturação de respostas locais e estratégias comunitárias de resiliência socioambiental.

(D) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão articulam regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental para orientar práticas e reduzir riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela valorização econômica dos recursos naturais e pela incorporação de inovação produtiva com eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão operam prioritariamente por mecanismos de indução econômica e por arranjos de competitividade regional associados à conservação.

QUESTÃO 13

A ampliação do uso de tecnologias da informação e comunicação tem reconfigurado rotinas de trabalho, padrões de consumo cultural e formas de interação entre cidadãos e instituições.

Nesse cenário, a transformação digital envolve acesso à informação, novos arranjos de serviços e circulação acelerada de conteúdos, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que podem ampliar oportunidades, mas também gerar assimetrias e riscos.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A transformação digital se caracteriza pela substituição integral de processos presenciais por fluxos automatizados, o que tende a uniformizar o acesso à informação e a reduzir assimetrias. Nesse quadro, impactos sociais e culturais decorrem principalmente da padronização tecnológica e da eliminação de intermediários institucionais.

(B) A transformação digital envolve reorganização de processos e serviços, com uso de TICs e ampliação de canais de acesso à informação. Nesse quadro, seus impactos sociais, econômicos e culturais dependem de condições como conectividade, letramento informacional e desenho institucional, podendo tanto reduzir barreiras quanto reforçar desigualdades.

(C) O uso de TICs se estrutura como fenômeno predominantemente técnico, com efeitos concentrados na produtividade econômica. Nesse quadro, impactos sociais e culturais se organizam como externalidades de baixo alcance, e o acesso à informação se define principalmente por disponibilidade de equipamentos.

(D) O acesso à informação no contexto digital se consolida por mecanismos espontâneos de autorregulação de plataformas, que tendem a assegurar neutralidade e equilíbrio informacional. Nesse quadro, os impactos sociais decorrem do aumento da oferta de conteúdo e da multiplicação de canais de comunicação.

(E) A transformação digital se orienta por processos de comunicação centralizados, nos quais a circulação informacional se organiza por fontes institucionais únicas. Nesse quadro, impactos culturais se vinculam à estabilidade de narrativas públicas e à redução de conflitos interpretativos.

QUESTÃO 14

A discussão contemporânea sobre saúde e bem-estar social tem destacado que condições de vida, trabalho, renda, moradia, saneamento, mobilidade e segurança influenciam padrões de adoecimento e possibilidades de prevenção. Em espaços urbanos, a qualidade de vida depende tanto de escolhas individuais quanto de fatores estruturais e de políticas públicas que organizam o território e reduzem vulnerabilidades.

Considerando determinantes sociais da saúde, hábitos saudáveis, prevenção de doenças e segurança/qualidade de vida, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) Determinantes sociais da saúde correspondem principalmente a predisposições individuais e a escolhas de estilo de vida, de modo que prevenção de doenças se organiza por rotinas pessoais. Nesse quadro, segurança urbana atua como fator indireto, com baixa interferência sobre riscos sanitários.

(B) Determinantes sociais da saúde incluem fatores estruturais e territoriais, como renda, educação, trabalho, moradia, saneamento e acesso a serviços. Nesse quadro, hábitos saudáveis e prevenção de doenças se articulam a políticas e condições de segurança e qualidade de vida no espaço social e urbano.

(C) Qualidade de vida urbana se explica por oferta de serviços especializados e por respostas clínicas a agravos, enquanto prevenção de doenças se concentra em ações de curto prazo. Nesse quadro, determinantes sociais têm relevância sobretudo como contexto cultural, com menor relação com desigualdades materiais.

(D) A prevenção de doenças se fundamenta em intervenções tecnológicas e em acesso a informações digitais, enquanto hábitos saudáveis se consolidam por motivação individual. Nesse quadro, determinantes sociais se relacionam ao comportamento coletivo e não influenciam diretamente o funcionamento do ambiente urbano.

(E) Segurança e qualidade de vida no contexto urbano se vinculam prioritariamente à presença de infraestrutura física, enquanto determinantes sociais se concentram em aspectos psicológicos e culturais. Nesse quadro, a prevenção de doenças depende principalmente de campanhas informativas e de autocuidado.

QUESTÃO 15

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas.

Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental se consolida pela manutenção de áreas sensíveis e pela indução de atividades produtivas com foco em recomposição ambiental posterior. Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável se organiza por medidas de mitigação e compensação como eixo central de gestão socioambiental.

(B) A sustentabilidade se estrutura pela ampliação de práticas produtivas consideradas de baixo impacto e pela adoção de padrões voluntários de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas públicas atuam como referências gerais de orientação, favorecendo adesão progressiva e ajustes setoriais no uso de recursos naturais.

(C) Os impactos socioambientais se expressam sobretudo por alterações climáticas de escala ampliada e por variações naturais do regime hídrico e da cobertura vegetal. Nesse quadro, políticas de proteção se direcionam à adaptação territorial e ao fortalecimento de respostas comunitárias a eventos ambientais recorrentes.

(D) O desenvolvimento sustentável se compreende pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental incluem instrumentos de regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, orientando práticas e reduzindo riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental se organiza por valorização econômica de recursos naturais e por incentivos à inovação produtiva, promovendo eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção priorizam mecanismos econômicos de indução, articulando competitividade regional e conservação em bases produtivas modernizadas.

QUESTÃO 16

A economia local e regional pode ser compreendida pela articulação entre atividades predominantes, relação entre setor público e privado, dinâmicas de trabalho e renda e condições estruturais que favorecem ou limitam o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, decisões de investimento, infraestrutura, qualificação e capacidade institucional influenciam a organização produtiva e os efeitos sociais do crescimento.

Considerando essas noções, analise as assertivas abaixo e, a seguir, identifique a alternativa **CORRETA**.

I. As atividades econômicas predominantes de um território tendem a se relacionar com seus recursos disponíveis, sua posição geográfica e sua forma de ocupação, repercutindo em oportunidades de trabalho e renda.

II. O setor público influencia o desenvolvimento regional por meio de políticas, serviços e investimentos, ao passo que o setor privado participa por produção, circulação de bens e serviços e geração de postos de trabalho.

III. A noção de economia local e regional inclui a análise de encadeamentos produtivos, fluxos de renda e circulação de mercadorias e serviços, permitindo compreender desigualdades e potencialidades de desenvolvimento.

IV. O desenvolvimento regional se explica principalmente por crescimento econômico agregado, sendo a distribuição de renda e o acesso a serviços fatores secundários para avaliação de qualidade de vida e bem-estar social.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

A diversidade cultural brasileira e amazônica se expressa em práticas, símbolos e modos de vida que estruturam identidades regionais e formas de pertencimento.

No âmbito social, o respeito à pluralidade cultural, social e étnica implica reconhecer diferentes matrizes formadoras e enfrentar dinâmicas de exclusão e discriminação que afetam o acesso a direitos e a participação na vida coletiva.

Considerando diversidade cultural, manifestações tradicionais e identidade regional, identifique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A diversidade cultural pode ser compreendida como coexistência de matrizes e práticas sociais distintas, cujas expressões contribuem para identidades regionais e para a construção de sentidos de pertencimento em diferentes grupos.

(B) Manifestações culturais tradicionais funcionam como referências simbólicas e práticas coletivas que preservam memórias sociais e se atualizam no tempo, integrando processos dinâmicos de identidade regional.

(C) O respeito à pluralidade social, cultural e étnica se vincula à valorização de diferentes modos de vida e à promoção de convivência democrática, considerando que identidades se formam por processos históricos e relações sociais.

(D) A identidade regional pode ser compreendida como resultado de interações entre experiências históricas, práticas culturais e relações sociais, expressando continuidades e transformações em um mesmo território.

(E) A pluralidade cultural e étnica se consolida sobretudo por assimilação progressiva de diferenças em padrões culturais majoritários, de modo que a integração social se organiza pela homogeneização de práticas e referências coletivas.

QUESTÃO 18

No cenário econômico nacional amplamente divulgado no início de 2026, destacaram-se a entrada em vigor do novo salário mínimo (R\$ 1.621), a divulgação de inflação mensal de janeiro em 0,33% (com 4,44% no acumulado em 12 meses) e a manutenção da taxa Selic em 15,00% ao ano.

Esse conjunto de informações foi frequentemente apresentado no debate público como base para interpretações sobre renda, preços, crédito e atividade econômica.

Considerando uma leitura contextual de atualidades econômicas, que articula renda, inflação e política monetária, analise as alternativas a seguir e, em seguida, aponte a que está **CORRETA**.

(A) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação nominal do salário mínimo como referência principal de dinamismo da renda, enquanto inflação e taxa básica de juros atuam como parâmetros de ajuste institucional, com efeitos secundários na interpretação das condições de consumo e financiamento.

(B) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação mensal da inflação como referência central de estabilidade de preços, enquanto o acumulado em 12 meses e a taxa básica de juros atuam como parâmetros de acompanhamento, com menor relevância para a análise das expectativas e das condições de crédito.

(C) A leitura do cenário econômico se organiza pela manutenção da taxa básica de juros como referência predominante de coordenação macroeconômica, enquanto renda e inflação corrente atuam como indicadores de acomodação do ciclo, com efeitos derivados sobre consumo e custo de vida.

(D) A leitura do cenário econômico se organiza pela articulação entre renda, inflação e política monetária, de modo que reajuste do salário mínimo, inflação corrente e acumulada e taxa básica de juros componham sinais simultâneos para análise de consumo, crédito, custo de vida e atividade, sem permitir inferência linear a partir de um único indicador.

(E) A leitura do cenário econômico se organiza pela combinação entre renda do trabalho e inflação corrente como eixo de interpretação do poder de compra, enquanto a taxa básica de juros atua sobretudo como referência de política financeira, com incidência indireta sobre a dinâmica cotidiana de preços e decisões de consumo.

QUESTÃO 19

A análise de aspectos gerais do Amapá e de Mazagão, em nível superior, envolve articular localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural e importância regional, relacionando esses elementos à inserção amazônica e ao contexto nacional. Nessa perspectiva, o território não é apenas cenário físico, mas também base para dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam o desenvolvimento.

Considerando esse recorte, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inserção do Amapá no contexto amazônico e nacional pode ser analisada pela articulação entre território, redes naturais e padrões de ocupação, influenciando dinâmicas socioeconômicas e integração regional.

(B) As características socioeconômicas de Mazagão podem ser compreendidas a partir de sua posição no espaço estadual e de suas formas de organização produtiva e social, que se conectam a dinâmicas regionais amazônicas.

(C) A formação histórica e cultural do Amapá e de Mazagão se relaciona a processos de ocupação e constituição identitária, com permanências e transformações que ajudam a explicar referências simbólicas regionais.

(D) A importância regional do Amapá pode ser discutida considerando-se sua participação em dinâmicas amazônicas e sua interação com políticas e fluxos de escala nacional, repercutindo sobre infraestrutura, economia e organização social.

(E) A localização geográfica do Amapá se define pela inserção no centro do território brasileiro, com predominância de eixos terrestres inter-regionais como matriz de integração nacional, o que condiciona a organização socioeconômica de Mazagão no interior estadual.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa do Brasil combina repartição de competências entre entes federativos e mecanismos de participação social, permitindo que cidadãos acompanhem e influenciem a gestão pública por diferentes vias institucionais. Nesse quadro, a cidadania se conecta tanto ao exercício de direitos e deveres quanto ao controle social da Administração Pública.

Considerando essas noções, analise as assertivas a seguir e identifique a alternativa **CORRETA**.

I. A organização político-administrativa do Brasil compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia assegurada no âmbito constitucional e competências distribuídas entre esferas próprias e compartilhadas.

II. A repartição de competências pode envolver matérias de interesse comum e regimes de atuação coordenada, demandando articulação entre entes federativos na execução de políticas e serviços públicos.

III. A participação social e o controle social se realizam prioritariamente por órgãos estatais de fiscalização, de modo que a atuação cidadã direta tende a assumir papel secundário na dinâmica de acompanhamento da Administração Pública.

IV. O controle social pode ocorrer por instrumentos institucionais e sociais de acompanhamento e cobrança, como instâncias participativas, canais de comunicação com o poder público e mecanismos de transparência e acesso à informação.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21

Em um sistema de controle de acesso, considere a seguinte condição:

“Sempre que o acesso for liberado, é necessário que o candidato apresente documento oficial com foto e, além disso, assine a lista de presença ou apresente comprovante de agendamento”.

Proposições:

a: o acesso é liberado.

p: o candidato apresenta documento oficial com foto.

q: o candidato assina a lista de presença.

r: o candidato apresenta comprovante de agendamento.

Notação utilizada:

\neg (negação); \wedge (conjunção); \vee (disjunção);

\rightarrow (implicação).

Considere as proposições acima e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) $a \rightarrow ((p \wedge q) \vee r)$.

(B) $a \rightarrow (p \wedge (q \vee r))$.

(C) $(a \rightarrow p) \wedge (q \vee r)$.

(D) $(p \wedge (q \vee r)) \rightarrow a$.

(E) $a \rightarrow (p \vee (q \wedge r))$.

QUESTÃO 22

Considere as proposições simples “p” e “q” e a proposição composta:

$P = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

Considerando a lógica proposicional clássica, analise as alternativas quanto à equivalência lógica de P, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) P é logicamente equivalente a $(p \vee q)$.

(B) P é logicamente equivalente a $(p \wedge q)$.

(C) P é logicamente equivalente a $(\neg p \vee q) \wedge (\neg q \vee p)$.

(D) P é logicamente equivalente a $(p \rightarrow q)$.

(E) P é logicamente equivalente a $\neg(p \leftrightarrow q)$.

QUESTÃO 23

Durante uma reunião de planejamento, um coordenador afirmou:

“Conversei com dois servidores do setor de protocolo e ambos disseram que não gostam de mudanças. Portanto, os servidores desta instituição resistem a qualquer mudança.”

De acordo com a teoria da argumentação, analise o raciocínio apresentado, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O argumento incorre em generalização apressada.

(B) O argumento incorre em falso dilema.

(C) O argumento incorre em ad hominem.

(D) O argumento incorre em petição de princípio.

(E) O argumento incorre em apelo à autoridade.

QUESTÃO 24

Em uma conferência de 260 documentos administrativos digitalizados, foram identificadas três possíveis inconsistências:

A: documento com assinatura ausente.

B: documento com data incompleta.

C: documento com página ilegível.

Sabe-se que:

$n(A) = 150$.

$n(B) = 130$.

$n(C) = 110$.

$n(A \text{ interseção } B) = 65$.

$n(A \text{ interseção } C) = 58$.

$n(B \text{ interseção } C) = 49$.

$n(A \text{ interseção } B \text{ interseção } C) = 22$.

Com base nesses dados, determine a quantidade de documentos que apresentam exatamente duas inconsistências, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 84.

(B) 94.

(C) 128.

(D) 150.

(E) 106.

QUESTÃO 25

Considere a sequência numérica a seguir:

2, 6, 7, 21, 22, 66, ___

Observando a regularidade do padrão apresentado, determine o próximo termo da sequência, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 68.

(B) 69.

(C) 70.

(D) 67.

(E) 72.

QUESTÃO 26

Um sistema de protocolo gera códigos de 4 caracteres utilizando apenas os algarismos 0 a 9, sem repetição de dígitos. Por regra, o código não pode começar com 0 (zero) e deve terminar com um dígito par.

Considere que o dígito 0 (zero) é permitido na última posição.

Determine o número total de códigos possíveis, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 2.160.
- (B) 2.296.
- (C) 2.520.
- (D) 2.880.
- (E) 3.024.

QUESTÃO 27

Em uma caixa há 12 envelopes de habilitação, sendo:

- 8 envelopes com documentação completa (C).
- 4 envelopes com documentação incompleta (I).

Dois envelopes são retirados sucessivamente, ao acaso, sem reposição.

Com base nessas informações, determine a probabilidade de que seja retirado pelo menos um envelope com documentação incompleta (I), e em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 14/33.
- (B) 8/33.
- (C) 5/11.
- (D) 1/3.
- (E) 19/33.

QUESTÃO 28

Um contrato anual de prestação de serviços tinha valor inicial de R\$ 125.000,00. No período seguinte, foi aplicado um reajuste de 12% e, posteriormente, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor já reajustado.

Com base nessas informações, determine o valor final do contrato após o reajuste e o desconto, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) R\$ 131.250,00.
- (B) R\$ 132.500,00.
- (C) R\$ 133.000,00.
- (D) R\$ 133.500,00.
- (E) R\$ 134.000,00.

QUESTÃO 29

No plano cartesiano, considere o ponto "P" de coordenadas (3, -2). Sobre esse ponto, são aplicadas, nesta ordem, as seguintes transformações:

1. Uma translação T que leva (x, y) em (x - 4, y + 5).
2. Uma rotação de 90° no sentido horário em torno da origem.

Com base nessas informações, determine as coordenadas do ponto final obtido após as duas transformações, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) (3, 1).
- (B) (3, -1).
- (C) (-3, 1).
- (D) (-3, -1).
- (E) (1, 3).

QUESTÃO 30

O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos concluídos por três setores, em dois meses consecutivos.

SETOR	JANEIRO	FEVEREIRO
Setor A	90	110
Setor B	70	90
Setor C	40	50

Com base nos dados apresentados, determine a variação percentual do total de processos concluídos em FEVEREIRO em relação a JANEIRO e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Em razão de demanda superior à oferta, a prefeitura instituiu critérios para priorização de atendimento em um serviço público municipal de alta procura (com vagas/atendimentos limitados), devendo justificar a medida à luz de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.

Considerando os fundamentos constitucionais e a distinção entre igualdade material e tratamento arbitrário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A priorização baseada na regularidade fiscal do usuário e no histórico de contribuição tributária ao ente local expressa um critério de cidadania ativa, produzindo igualdade na medida em que alinha precedência no serviço à participação no financiamento coletivo.

(B) A priorização baseada em vulnerabilidade objetivamente mensurada, com regras públicas, motivação e possibilidade de revisão administrativa, compatibiliza dignidade e igualdade ao admitir diferenciação razoável orientada ao interesse público.

(C) A priorização baseada no tempo de residência no município e no vínculo político-administrativo do requerente, concretiza cidadania e igualdade por reconhecer o pertencimento territorial como parâmetro central, relegando critérios socioeconômicos a função complementar.

(D) A priorização baseada em indicação comunitária (conselhos locais, lideranças ou representação territorial), formalizada em procedimento padronizado, concretiza dignidade e igualdade por substituir critérios socioeconômicos por reconhecimento social, reduzindo risco de favorecimento.

(E) A priorização baseada em sorteio entre todos os cadastrados, por assegurar tratamento idêntico aos interessados, traduz de modo típico a igualdade material e preserva dignidade ao evitar qualquer diferenciação entre situações sociais distintas.

QUESTÃO 32

Para enfrentar conflitos recorrentes de uso do espaço urbano (ruído, eventos, comércio ambulante e ocupações temporárias), a prefeitura passou a editar atos normativos e praticar atos concretos de poder de polícia, disciplinando horários, exigindo autorizações para certas atividades e aplicando medidas administrativas.

Considerando os limites constitucionais à restrição de direitos fundamentais, a legalidade, a proporcionalidade e a motivação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação municipal de poder de polícia pode impor condicionamentos ao uso de bens públicos e ao exercício de atividades em espaços urbanos, desde que o faça com base em competência administrativa legítima, finalidade pública definida e medidas proporcionais ao risco que se pretende mitigar.

(B) A restrição administrativa de direitos no espaço urbano demanda motivação que explicita a finalidade, o nexa com a situação regulada e a adequação do meio empregado, permitindo controle posterior de legalidade e de eventual desvio de finalidade, sem transformar discricionariedade em arbítrio.

(C) A exigência de autorização prévia para determinados eventos em praças e vias pode ser compatível com direitos fundamentais quando estruturada por critérios objetivos, prazos e procedimentos, funcionando como mecanismo de gestão do uso do bem público, e não como filtro de conteúdo ou de orientação do ato.

(D) A aplicação de medidas administrativas imediatas (como interdição de atividade irregular ou apreensão de equipamentos) pode ocorrer no âmbito do poder de polícia quando houver disciplina normativa e proporcionalidade na providência, assegurando-se, em seguida, via adequada de impugnação e revisão administrativa.

(E) A prefeitura pode, por decreto, instituir diretamente limites gerais de uso do espaço público e sanções administrativas correspondentes, ainda que não exista disciplina legal municipal específica sobre a matéria, desde que a motivação aponte a proteção da ordem urbana e a medida seja apresentada como proporcional.

QUESTÃO 33

Uma prefeitura pretende: (i) editar norma de posturas urbanas (ruído, ocupação de calçadas, horários e requisitos procedimentais para eventos), (ii) ajustar regras de licenciamento urbanístico e (iii) reforçar ações de vigilância sanitária e fiscalização ambiental urbana, com previsão de sanções administrativas e procedimentos de revisão.

De acordo com a CF/88 e da repartição de competências (competência material vs legislativa; competência comum vs concorrente; normas gerais vs suplementação/interesse local), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente (atuação comum) e, no plano legislativo, editar normas de interesse local e suplementares para posturas, uso do solo e procedimentos fiscalizatórios, inclusive com sanções administrativas, desde que observe devido processo e não contrarie parâmetros gerais fixados por normas superiores.

(B) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, na ausência de normas gerais federais prévias, editar disciplina com alcance de norma geral setorial para estruturar integralmente a política local, desde que a regra seja aplicável apenas no território municipal e esteja motivada no interesse público.

(C) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, mas sua competência legislativa em matéria concorrente pressupõe norma geral federal e norma suplementar estadual anteriores, de modo que, sem disciplina estadual específica, o município atua predominantemente por atos administrativos e não por lei local.

(D) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, em razão da sua autonomia administrativa, está autorizado a dispensar o licenciamento ambiental definido em lei estadual ou federal, estabelecendo, por lei local, que atividades de impacto relevante fiquem sujeitas apenas à fiscalização discricionária do prefeito.

(E) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, e pode editar posturas urbanas, mas a previsão de sanções administrativas com efeitos imediatos deve ser tratada como matéria legislativa típica de nível superior, razão pela qual a disciplina municipal se limita a orientações e recomendações, sem estruturar um regime sancionatório próprio.

QUESTÃO 34

No âmbito municipal, a organização do Estado e a separação de funções impõem distinções entre controle (fiscalização, auditoria, monitoramento) e gestão (execução administrativa).

Considerando as funções institucionais no município e os mecanismos de controle recíproco, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Controle e gestão são funções complementares: o órgão de controle, ao identificar impropriedades, pode assumir atos executórios para assegurar continuidade e eficiência, pois a finalidade pública autoriza a transição do controle para a execução quando houver risco de dano ao interesse coletivo.

(B) Controle e gestão se diferenciam por enfoque: o controle tem natureza técnica e, por isso, pode emitir comandos vinculantes sobre procedimentos de execução, inclusive determinando escolhas administrativas, desde que fundamente suas ordens em critérios de eficiência e economicidade.

(C) Controle e gestão são funções distintas: o controle acompanha, verifica e recomenda, enquanto a gestão decide e executa. O controle pode indicar impropriedades e requerer informações, mas não substitui o gestor na prática de atos administrativos, permanecendo a execução sujeita a responsabilização e controle posterior.

(D) Controle e gestão se diferenciam por temporalidade. O controle opera preferencialmente a posteriori, quando ocorre de forma concomitante, perde neutralidade e, por isso, deve se abster de requisitar informações durante a execução, limitando-se a relatórios finais.

(E) Controle e gestão se diferenciam por competência: a gestão detém a titularidade do ato administrativo e, por isso, pode modular o fornecimento de dados e documentos ao controle conforme juízo de conveniência, preservando discricionariedade e autonomia decisória do órgão executor.

QUESTÃO 35

De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE) — e da ideia de juridicidade como atuação conforme o ordenamento jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A legalidade administrativa vincula a atuação estatal à lei e ao direito; em especial, a Administração exerce competências delimitadas, devendo agir com fundamento normativo e finalidade pública, sob controle de legalidade.

(B) A impessoalidade orienta a atuação administrativa para fins públicos, vedando favorecimentos e perseguições, e também funciona como parâmetro para aferir promoção pessoal indevida, inclusive em atos e comunicações institucionais.

(C) A moralidade administrativa exige probidade, lealdade e boa-fé no exercício da função pública, operando como critério jurídico de validade do ato, ainda que o ato seja formalmente legal.

(D) A eficiência autoriza a Administração a afastar exigências legais e procedimentais sempre que elas imponham custos ou atrasos, desde que a decisão seja motivada no interesse público e na necessidade de entrega de resultados.

(E) A publicidade assegura transparência e controle social dos atos administrativos, admitindo formas e limites definidos pelo ordenamento, especialmente quando envolvam sigilos legítimos e proteção de dados.

QUESTÃO 36

O controle da Administração Pública pode ocorrer por diferentes vias, envolvendo mecanismos internos, externos, judiciais e também participação social, cada qual com escopo próprio.

Considerando limites entre controle de legalidade e controle de mérito administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle pode examinar conformidade do ato com o ordenamento e, conforme o caso, apontar irregularidades. O controle judicial tende a incidir sobre juridicidade e não substitui escolhas de conveniência e oportunidade, salvo quando houver violação de parâmetros jurídicos.

(B) O controle externo se concentra em resultados e eficiência e, por isso, pode substituir a decisão administrativa por outra considerada superior, sempre que a avaliação técnica indicar alternativa mais vantajosa ao interesse público.

(C) O controle interno se limita a registrar atos e arquivar documentos, pois a análise de procedimentos e a verificação de falhas caracterizam interferência indevida na gestão e comprometem a separação funcional.

(D) O controle judicial se orienta à melhor solução administrativa e, por isso, pode redefinir prioridades de políticas públicas sempre que houver divergência técnica sobre o caminho mais eficiente.

(E) O controle social é incompatível com a Administração Pública, pois transparência e acesso à informação não se relacionam com controle, mas apenas com divulgação institucional de atos já concluídos.

QUESTÃO 37

No serviço público municipal, agentes públicos estão sujeitos a deveres funcionais, vedações e padrões de integridade, com atenção a conflito de interesses e à probidade administrativa. Considerando esses conceitos em nível geral, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A integridade funcional admite que o agente utilize informações internas não públicas para orientar decisões pessoais, desde que não haja prejuízo direto ao erário, pois a vedação relevante recai apenas sobre o recebimento de vantagem indevida.

(B) O conflito de interesses exige prova de vantagem efetiva obtida pelo agente; na ausência de benefício comprovado, não há risco à integridade, sendo irrelevante a aparência de parcialidade ou a proximidade com interessados.

(C) A probidade administrativa está relacionada ao dever de agir com honestidade e lealdade às finalidades públicas; por isso, situações que comprometam imparcialidade podem demandar medidas preventivas para proteger a confiança na decisão pública.

(D) Dever funcional e ética pública se limitam ao cumprimento literal de normas internas; escolhas que suscitem dúvida sobre imparcialidade são matérias exclusivamente privadas, salvo quando houver denúncia formal e instauração de processo disciplinar.

(E) A atuação em atendimento ao público é campo livre de conflitos, pois a decisão é rotineira; assim, o agente pode privilegiar pedidos de pessoas conhecidas, desde que também atenda os demais, preservando a aparência de cordialidade e eficiência.

QUESTÃO 38

No Direito Administrativo, a validade do ato administrativo é analisada à luz de seus elementos clássicos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) e da distinção entre vício e mérito administrativo. Considerando especialmente a diferença entre vício de finalidade (desvio) e vício de motivo/objeto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O vício de finalidade ocorre quando o agente atua fora do interesse público, e pode ser tratado como questão de mérito, pois envolve a conveniência da decisão; por isso, sua correção é feita por revogação, e não por invalidação.

(B) O vício de finalidade se caracteriza quando o ato, embora formalmente adequado, é praticado com propósito diverso do previsto em lei, como favorecimento ou perseguição; nesse caso, não se trata de mero mérito, mas de ilegalidade por desvio de finalidade.

(C) O vício de motivo está presente quando a Administração escolhe uma alternativa menos eficiente entre opções lícitas; por isso, a invalidação do ato decorre do controle de mérito, sempre que demonstrada superioridade técnica de outra decisão.

(D) O vício de objeto ocorre quando a motivação apresentada é insuficiente ou genérica; nesses casos, o defeito reside na falta de fundamentação, que é componente do mérito e pode ser suprido por justificativa posterior sem repercussão sobre a validade.

(E) O vício de motivo e o vício de finalidade se confundem, pois ambos dizem respeito às razões do administrador; assim, a distinção é apenas terminológica e não altera o regime de controle e correção do ato.

QUESTÃO 39

No regime jurídico dos atos administrativos, o desfazimento pode ocorrer por anulação ou por revogação, com fundamentos e efeitos distintos.

Considerando a diferença entre ilegalidade e conveniência/oportunidade, bem como os efeitos sobre situações concretas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A anulação decorre de conveniência e oportunidade e se aplica quando o ato não é mais útil ao interesse público. A revogação decorre de ilegalidade e é o meio adequado para corrigir vícios de competência, finalidade, forma, motivo ou objeto.
- (B) A anulação e a revogação são modalidades equivalentes de desfazimento, diferenciando-se apenas pelo órgão que as pratica; seus efeitos temporais são idênticos, pois qualquer desfazimento impede que o ato produza efeitos desde a origem.
- (C) A revogação é aplicável tanto a atos legais quanto ilegais, pois a Administração pode optar por desfazer o ato por razões de mérito ou de juridicidade. A anulação, por sua vez, é reservada a hipóteses em que exista prejuízo financeiro mensurável.
- (D) A revogação produz efeitos necessariamente retroativos, pois desfaz o ato desde a origem. A anulação, por corrigir ilegalidade, pode produzir efeitos apenas para o futuro, preservando integralmente os efeitos anteriores do ato.
- (E) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, opera *ex tunc*. A revogação decorre de conveniência e oportunidade e, em regra, opera *ex nunc*, admitida preservação excepcional de efeitos por segurança jurídica.

QUESTÃO 40

No âmbito municipal, a transparência administrativa envolve transparência ativa e passiva, mecanismos de controle social e limites decorrentes de proteção de dados pessoais e hipóteses legais de sigilo.

Considerando esse equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A transparência ativa se concretiza pela divulgação proativa de informações de interesse coletivo, com atualização, linguagem acessível e meios de consulta que viabilizem acompanhamento de receitas, despesas, contratos e resultados.

(B) A transparência passiva pressupõe resposta motivada a pedidos de informação, com indicação de providências adotadas e possibilidade de revisão, inclusive quando a informação já estiver disponível por outro meio oficial.

(C) Em documentos que contenham dados pessoais, é possível compatibilizar publicidade e proteção de dados por meio de tarja/anonimização e fornecimento parcial, preservando o conteúdo necessário ao controle social.

(D) Em documentos que contenham dados pessoais, o tratamento adequado é o indeferimento integral do acesso, pois a proteção de dados prevalece sobre a transparência, cabendo o fornecimento apenas mediante decisão judicial específica.

(E) A restrição de acesso por sigilo pode ocorrer quando houver hipótese legal pertinente, devendo ser justificada, limitada ao necessário e estruturada de modo a preservar, sempre que viável, o acesso ao conteúdo não protegido.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 41

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, identifica-se uma obrigação de natureza incerta decorrente de evento passado, para a qual a saída futura de recursos é classificada como possível e o montante estimado é material para os usuários das informações contábeis.

Considerando os objetivos da contabilidade, as características qualitativas da informação e a distinção entre reconhecimento e evidenciação, analise as alternativas a seguir e indique a que está **CORRETA** quanto ao tratamento a ser adotado.

(A) Reconhecer provisão no passivo e registrar despesa no período, com evidenciação em notas da base de mensuração, pois a materialidade prioriza relevância e completude, mesmo com saída de recursos classificada como possível.

(B) Evidenciar a obrigação em notas explicativas como passivo contingente, com natureza e estimativa de efeito, preservando relevância e transparência, enquanto o reconhecimento patrimonial se vincula às situações em que a saída de recursos seja provável.

(C) Reconhecer a obrigação no passivo e registrar a contrapartida diretamente no patrimônio líquido, com divulgação em notas da natureza e do valor, a fim de manter comparabilidade intertemporal e reduzir volatilidade do resultado.

(D) Tratar o evento como ajuste de período subsequente, com reconhecimento retroativo no passivo na data-base e evidenciação em notas, pois decorre de evento passado e o valor estimado é material para as demonstrações.

(E) Reconhecer ativo contingente de igual montante e registrar receita correspondente, com evidenciação em notas, para assegurar neutralidade na representação fidedigna do patrimônio diante de incertezas simétricas.

QUESTÃO 42

A contabilidade aplicada ao setor público, orientada pelas NBC TSP, deve produzir informação para prestação de contas, transparência e suporte à decisão, evidenciando simultaneamente a execução orçamentária e os efeitos dos fatos sobre o patrimônio e as disponibilidades.

Considerando as diferenças essenciais entre as dimensões orçamentária, patrimonial e financeira no registro e na evidenciação, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A dimensão patrimonial reconhece ativos, passivos e variações patrimoniais segundo a ocorrência do fato gerador (competência patrimonial); a dimensão orçamentária evidencia os atos e fatos de execução da lei orçamentária conforme seus estágios e; a dimensão financeira evidencia entradas e saídas de numerário e a movimentação de disponibilidades, permitindo conciliações entre execução, patrimônio e caixa.

(B) A dimensão orçamentária evidencia o comportamento do caixa e das disponibilidades; a dimensão financeira evidencia as autorizações e a execução da lei orçamentária e; a dimensão patrimonial evidencia, predominantemente, a movimentação das dotações e créditos adicionais.

(C) A dimensão patrimonial reconhece receitas e despesas a partir dos mesmos estágios da execução orçamentária, de modo que o reconhecimento de direitos e obrigações se forma a partir de registros orçamentários de arrecadação e pagamento.

(D) A dimensão orçamentária e a patrimonial representam o mesmo conteúdo informacional sob ângulos equivalentes, de modo que o registro orçamentário implica, no mesmo momento, variação patrimonial de igual natureza e montante.

(E) A dimensão patrimonial evidencia apenas variações patrimoniais decorrentes de receitas e despesas orçamentárias, enquanto variações independentes da execução orçamentária são tratadas exclusivamente como informação financeira.

QUESTÃO 43

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) padroniza a codificação e a organização dos registros contábeis, permitindo a evidenciação integrada das dimensões patrimonial, orçamentária e de controle.

Considerando a estrutura por classes e a finalidade informacional do PCASP, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) As classes 1 a 4 compõem a dimensão patrimonial, contemplando contas de ativo, passivo/patrimônio líquido e variações patrimoniais, de forma compatível com a apuração do resultado patrimonial.

(B) As classes 3 e 4 registram, respectivamente, variações patrimoniais diminutivas e variações patrimoniais aumentativas, permitindo evidenciar os efeitos dos fatos sobre o patrimônio no período.

(C) As classes 5 e 6 integram a dimensão orçamentária, estruturando controles vinculados ao planejamento/orçamento e à execução, possibilitando amarração com a leitura da execução orçamentária.

(D) As classes 7 e 8 integram a dimensão de controle, registrando controles devedores e credores (contas de compensação), úteis para acompanhamento de atos potenciais, responsabilidades e outros controles sem efeito patrimonial imediato.

(E) A classe 5 concentra os controles da execução do planejamento e orçamento, enquanto a classe 6 consolida os controles da aprovação do planejamento e orçamento, refletindo a sequência cronológica do ciclo orçamentário.

QUESTÃO 44

Em um processo de aquisição, ocorreram os seguintes eventos: (i) assinatura do contrato e emissão de nota de empenho para o fornecimento; (ii) antes do encerramento do exercício, houve entrega parcial do objeto, com atesto apenas da parcela recebida, embora o fornecedor tenha emitido documento fiscal referente ao fornecimento integral; (iii) até 31/12 não houve pagamento; (iv) o recebimento do restante e o pagamento ocorreriam em exercício seguinte.

Considerando a escrituração na contabilidade aplicada ao setor público, a distinção entre dimensões orçamentária, patrimonial, financeira e de controle, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A emissão do empenho caracteriza, por si, obrigação patrimonial exigível pelo total contratado; a entrega parcial apenas complementa a documentação do passivo já reconhecido e; o registro orçamentário de liquidação deve abranger o total constante do documento fiscal.

(B) A emissão de documento fiscal integral é suficiente para caracterizar a liquidação do total empenhado; a entrega parcial apenas define o momento do reconhecimento patrimonial do ativo, que pode ser diferido para o exercício seguinte sem prejuízo da escrituração.

(C) A entrega parcial com atesto parcial permite registrar a liquidação apenas da parcela recebida; nessa mesma extensão, reconhecem-se os efeitos patrimoniais correspondentes, permanecendo o saldo não atestado como compromisso a acompanhar na dimensão orçamentária e/ou de controle até a ocorrência do recebimento e atesto.

(D) A existência de entrega parcial impede a escrituração de liquidação no exercício, pois a liquidação pressupõe o recebimento integral do objeto; assim, todo o empenho permanece sem liquidação, e o reconhecimento patrimonial deve aguardar a conclusão do fornecimento.

(E) A entrega parcial com atesto parcial produz efeitos apenas na dimensão patrimonial; a dimensão orçamentária se mantém integralmente no empenho até o pagamento, pois a liquidação, na execução da despesa, se forma a partir do desembolso financeiro.

QUESTÃO 45

No âmbito da receita pública, considere as etapas clássicas previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, bem como o emprego de classificações para fins de controle e evidenciação.

Em determinado exercício, uma receita tributária municipal foi prevista em R\$ 500.000. No período, foram lançados R\$ 460.000, dos quais foram arrecadados R\$ 430.000. Do total arrecadado, R\$ 415.000 foram recolhidos ao caixa do Tesouro no exercício, permanecendo o restante em trânsito bancário ao final do período.

Com base nos conceitos de estágios e na leitura quantitativa desses dados, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) O valor não recolhido ao Tesouro no exercício corresponde a R\$ 15.000, representando parcela arrecadada ainda não transferida às disponibilidades do ente.

(B) A diferença entre o valor lançado e o valor arrecadado no exercício corresponde a R\$ 30.000, a qual pode ser interpretada, no período, como insuficiência de arrecadação frente ao lançamento.

(C) A diferença entre a previsão e o lançamento no exercício corresponde a R\$ 40.000, evidenciando que a estimativa orçamentária superou o lançamento efetivado no período.

(D) O valor arrecadado, ainda que não recolhido integralmente ao Tesouro no exercício, não integra a receita arrecadada do período, pois apenas o recolhimento configura ingresso definitivo de receita.

(E) A arrecadação ocorre quando o contribuinte efetua o pagamento ao agente arrecadador; o recolhimento corresponde ao repasse desse numerário às disponibilidades do Tesouro.

QUESTÃO 46

A respeito das retenções na fonte efetuadas pelo tomador de serviços e do controle contábil dos valores retidos e recolhidos, analise as assertivas abaixo e, em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

I. As retenções efetuadas no pagamento de serviços, quando o tomador é responsável pelo recolhimento são reconhecidas como obrigações a recolher até a quitação, ainda que tenham reduzido o valor líquido pago ao prestador.

II. O registro do serviço observa o regime de competência e, em regra, toma por base o valor bruto do serviço; as retenções não descaracterizam o fato gerador do serviço, constituindo contas próprias de controle de tributos a recolher.

III. Por incidir sobre a renda do prestador, o IRRF retido deve ser reconhecido como despesa tributária do tomador, pois não corresponde a obrigação própria do tomador no passivo.

IV. A conciliação mensal entre “tributos retidos” e “tributos recolhidos” se reflete, tipicamente, em baixa das obrigações pelo recolhimento e manutenção de saldo apenas quando houver valores retidos ainda não recolhidos.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

(B) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

(C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

(E) Estão corretas todas as assertivas.

QUESTÃO 47

No conjunto das demonstrações contábeis, a DLPA e a DMPL tratam das mutações no Patrimônio Líquido, com escopos distintos.

Indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A DLPA evidencia as movimentações relacionadas aos lucros ou prejuízos acumulados, incluindo a formação do resultado do exercício e sua destinação.

(B) A DMPL evidencia as variações ocorridas em todas as contas do patrimônio líquido, contemplando, entre outras, reservas, ajustes e movimentações com os proprietários.

(C) A apresentação da DMPL pode incorporar, em seu quadro, as informações usualmente apresentadas na DLPA, quando estruturada de modo a evidenciar as destinações do resultado.

(D) A DMPL é mais abrangente que a DLPA por não se restringir às movimentações do saldo de lucros ou prejuízos acumulados, abrangendo as demais rubricas do patrimônio líquido.

(E) A DLPA evidencia a mutação do capital de giro líquido do período, razão pela qual desempenha função equivalente à de uma demonstração de fluxo de caixa.

QUESTÃO 48

Uma análise econômico-financeira foi elaborada a partir das demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de subsidiar decisões de gestão sobre liquidez, estrutura de capital e desempenho.

O relatório apresenta, de forma sintética, os seguintes indicadores comparativos entre dois exercícios consecutivos:

Liquidez Corrente: 1,6 → 1,0.

Liquidez Seca: 1,1 → 0,6.

Endividamento Geral (Passivo/Ativo): 50% → 68%.

Margem Líquida: 8% → 5%.

ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido): 14% → 10%.

Considerando o significado e a leitura integrada desses índices, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O aumento do endividamento geral, acompanhado de elevação do ROE, indica uso mais eficiente de capital de terceiros, mantendo liquidez adequada em razão da liquidez corrente igual a 1,0.

(B) A queda simultânea da liquidez corrente e da liquidez seca, associada ao aumento do endividamento geral, sugere maior pressão financeira de curto prazo e maior dependência de capital de terceiros.

(C) A redução da margem líquida, combinada com a elevação do endividamento geral, implica necessariamente aumento do lucro líquido em termos absolutos, com melhora do retorno ao acionista no período.

(D) A manutenção da liquidez corrente em 1,0 e a queda da liquidez seca para 0,6 caracterizam expansão do capital de giro próprio, sinalizando redução do risco financeiro apesar do aumento do endividamento.

(E) A queda do ROE, em conjunto com a redução do endividamento geral, evidencia desalavancagem e fortalecimento da solvência, coerentes com o avanço da liquidez seca no período.

QUESTÃO 49

Na contabilização de tributos correntes sobre o lucro, deve-se distinguir (i) o encargo do período (IRPJ e CSLL correntes) e (ii) as antecipações/retenções realizadas ao longo do período (por exemplo, pagamentos por estimativa de IRPJ/CSLL e, quando aplicável, IRRF incidente sobre bases tributáveis vinculadas ao IRPJ).

Para fins desta questão, considere que antecipações/retenções de tributos sobre o lucro são reconhecidas como direito no ativo (“tributos a compensar/recuperar”) até sua compensação com o tributo apurado, e que não se admite tratá-las como “redução da despesa” por mera apresentação líquida no resultado.

Analise as alternativas a seguir e aponte a que está **CORRETA** sobre o tratamento contábil de IRPJ e CSLL correntes e de suas antecipações/retenções.

(A) O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos exclusivamente no patrimônio líquido, por decorrerem do resultado do exercício; as antecipações/retenções são reconhecidas como despesa do período até a apuração final.

(B) O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos como despesa do período; as antecipações/retenções são reconhecidas como dedução de receita no resultado para refletir o encargo líquido do período.

(C) O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos como despesa do período e como obrigação no passivo pelo montante devido; as antecipações/retenções são reconhecidas como ativo (tributos a compensar/recuperar) e são compensadas com o passivo na apuração, permanecendo no ativo quando excederem o tributo devido.

(D) O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos como despesa do período e como obrigação no passivo; as antecipações/retenções são reconhecidas como redução da despesa tributária corrente e, quando excedentes, são baixadas contra o resultado do período.

(E) O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos como despesa do período e como obrigação no passivo; as antecipações/retenções são registradas apenas em contas de compensação, sem reconhecimento no ativo ou efeito patrimonial até a compensação.

QUESTÃO 50

No controle gerencial de um contrato de coleta urbana, pretende-se apurar o custo por rota (objeto de custeio). Adote o seguinte critério: custos diretos são os apropriáveis à rota sem rateio; custos indiretos dependem de rateio por critério técnico. Considere, ainda, que no mês analisado: (i) a equipe é fixa por rota; (ii) o combustível é mensurado por veículo/rota; (iii) o equipamento é utilizado em mais de uma rota; (iv) a supervisão cobre múltiplas rotas; (v) o aluguel da garagem atende toda a operação; (vi) o kit de EPI é fornecido 1 por colaborador no mês.

Para a classificação fixo/variável (no curto prazo), considere o mês analisado: variáveis variam com o nível de atividade da rota; fixos não variam com o nível de atividade dentro do mês.

Itens: combustível do veículo, salários da equipe operacional, depreciação do equipamento, salário do supervisor, aluguel da garagem, EPI da equipe.

Classifique os itens quanto a direto/indireto e fixo/variável (no curto prazo) e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) Combustível: direto variável; salários: direto fixo; depreciação: indireto fixo; supervisor: indireto fixo; aluguel: indireto fixo; EPI: direto fixo.

(B) Combustível: direto variável; salários: direto fixo; depreciação: indireto fixo; supervisor: indireto fixo; aluguel: indireto fixo; EPI: direto variável.

(C) Combustível: direto variável; salários: direto variável; depreciação: indireto fixo; supervisor: indireto fixo; aluguel: indireto fixo; EPI: direto fixo.

(D) Combustível: direto variável; salários: direto fixo; depreciação: direto fixo; supervisor: indireto fixo; aluguel: indireto fixo; EPI: direto fixo.

(E) Combustível: direto variável; salários: direto fixo; depreciação: indireto fixo; supervisor: direto fixo; aluguel: indireto fixo; EPI: direto fixo.

QUESTÃO 51

Uma gráfica pública municipal produz formulários padronizados que podem permanecer em estoque para atendimento de demandas futuras. No mês, foram produzidas 12.000 unidades e entregues 10.000 unidades às secretarias demandantes.

O custo fixo indireto de fabricação (CIF fixo) do mês foi de R\$ 60.000, já equivalente a R\$ 5 por unidade produzida. O custo variável de fabricação foi de R\$ 8 por unidade. Considere que despesas administrativas são tratadas fora do custo de fabricação.

Com base nas diferenças entre custeio por absorção e custeio variável, indique a alternativa **CORRETA** quanto ao tratamento do CIF fixo e ao efeito no resultado do período, quando a produção excede as entregas.

(A) No custeio variável, o CIF fixo integra o custo dos produtos em elaboração e acabados, elevando o estoque e aumentando o resultado do período em relação ao custeio por absorção.

(B) No custeio por absorção, o CIF fixo é integralmente reconhecido como despesa do período, enquanto no custeio variável ele é apropriado ao estoque, gerando resultado maior no custeio variável quando a produção excede as entregas.

(C) No custeio por absorção, parte do CIF fixo é apropriada ao estoque (12.000 produzidas – 10.000 entregues), reduzindo a parcela reconhecida no resultado do período; por isso, o resultado pelo custeio por absorção tende a ser R\$ 10.000 maior que no custeio variável, mantidas as demais condições.

(D) No custeio por absorção, o CIF fixo é apropriado ao estoque apenas quando há venda a terceiros; em transferências internas, todo CIF fixo é tratado como despesa do período, tornando os resultados equivalentes entre os métodos.

(E) No custeio variável, o CIF fixo é distribuído entre as unidades produzidas e reconhecido no resultado apenas na proporção das unidades entregues, enquanto no custeio por absorção ele é reconhecido integralmente como despesa do período, elevando o resultado do custeio variável.

QUESTÃO 52

Na implantação de um modelo de custeio ABC para fins de controle gerencial, uma unidade municipal pretende reduzir distorções geradas por rateios tradicionais e melhorar a mensuração do custo de serviços prestados ao cidadão.

O levantamento identificou, entre outras, as seguintes atividades recorrentes: (i) análise de requerimentos, (ii) vistorias em campo, (iii) emissão de documentos/autorizações, e (iv) atendimento ao público.

Pretende-se eleger direcionadores (*cost drivers*) que melhor representem a relação de causalidade entre consumo de recursos e execução das atividades, evitando critérios de simples conveniência (como “percentual fixo” ou “proporção do orçamento”).

Considerando a lógica do ABC e a necessidade de aderência causal, indique a alternativa **CORRETA** quanto ao direcionador mais apropriado para ratear os custos da atividade vistorias em campo.

(A) Quantidade de requerimentos protocolados no período, por refletir a demanda global de serviços e simplificar a apropriação do custo por unidade atendida.

(B) Horas de deslocamento/tempo de vistoria efetivamente realizado (ou número de vistorias ponderado por tempo), por refletir o consumo real de recursos associado à atividade.

(C) Número de servidores lotados na unidade, por representar a disponibilidade de mão de obra e permitir padronização do custo entre setores.

(D) Valor arrecadado com taxas e emolumentos no período, por capturar a capacidade de financiamento do serviço e a variação sazonal da demanda.

(E) Área física da sede administrativa, por representar o custo estrutural e permitir alocação estável e comparável entre exercícios.

QUESTÃO 53

No encerramento do exercício, a inscrição em Restos a Pagar exige distinguir a despesa empenhada, a despesa liquidada e a despesa paga, bem como compreender o tratamento contábil-orçamentário subsequente.

Considerando essa sistemática, indique a alternativa que aponta **CORRETAMENTE** a que correspondem Restos a Pagar Processados.

(A) A despesas empenhadas e liquidadas no exercício, permanecendo não pagas até o encerramento; Restos a Pagar Não Processados correspondem a despesas empenhadas, ainda não liquidadas, permanecendo não pagas até o encerramento.

(B) A despesas empenhadas, ainda não liquidadas, permanecendo não pagas; Restos a Pagar Não Processados correspondem a despesas empenhadas e liquidadas, permanecendo não pagas, por refletirem obrigação já constituída.

(C) A despesas empenhadas e pagas, cuja liquidação se formaliza após o encerramento; Restos a Pagar Não Processados correspondem a despesas empenhadas, não pagas, cuja liquidação se considera concluída no encerramento.

(D) A despesas liquidadas no exercício, ainda que sem empenho formal, permanecendo não pagas; Restos a Pagar Não Processados correspondem a despesas empenhadas, não pagas, independentemente de liquidação.

(E) A despesas empenhadas, não pagas, cuja execução é presumida no encerramento; Restos a Pagar Não Processados correspondem a despesas empenhadas e liquidadas, não pagas, cuja execução se confirma no exercício seguinte.

QUESTÃO 54

A Lei nº 4.320/1964 e a contabilidade aplicada ao setor público preveem demonstrativos que evidenciam diferentes dimensões da gestão: orçamento, finanças e patrimônio, além das variações patrimoniais do período.

Considerando a finalidade informacional dos balanços públicos e da demonstração das variações patrimoniais, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Balanço Orçamentário evidencia a execução da receita e da despesa em confronto com a previsão e a fixação, permitindo análise da realização e do comportamento orçamentário no exercício.

(B) O Balanço Financeiro evidencia ingressos e dispêndios sob enfoque financeiro, incluindo movimentações extraorçamentárias, oferecendo visão da movimentação de disponibilidades no período.

(C) O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do ente ao final do exercício, apresentando ativos, passivos e patrimônio líquido, além de contas de compensação quando aplicáveis.

(D) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações aumentativas e diminutivas do período e seu resultado patrimonial, sendo instrumento de leitura do desempenho patrimonial do exercício.

(E) O Balanço Financeiro evidencia, de forma primária, o desempenho patrimonial do exercício por confrontar variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, permitindo apuração direta do resultado patrimonial.

QUESTÃO 55

No âmbito da auditoria, a definição do tipo de auditoria, a construção do planejamento e a elaboração do relatório dependem do objetivo do trabalho, do risco identificado e da natureza das evidências necessárias.

Considerando conceitos, finalidades e etapas usuais, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A auditoria independente tem por finalidade expressar conclusão sobre a adequação das demonstrações contábeis, conforme estrutura de relatório aplicável, com base em planejamento e obtenção de evidências apropriadas e suficientes.

(B) O planejamento de auditoria inclui compreensão do ambiente e dos controles relevantes, definição de materialidade, avaliação de riscos e desenho de procedimentos compatíveis com a natureza, época e extensão dos testes.

(C) Em auditoria operacional, o foco recai sobre economicidade, eficiência e eficácia, com ênfase em desempenho e processos, podendo demandar evidências que não se limitam a testes sobre saldos contábeis.

(D) Em auditoria contábil, a execução se fundamenta prioritariamente em testes substantivos, de modo que a avaliação de controles internos é etapa acessória e dispensável para definição de natureza, época e extensão dos procedimentos.

(E) O relatório de auditoria descreve o escopo do trabalho e a base para as conclusões, refletindo as responsabilidades do auditor e da administração, com linguagem compatível com o tipo de trabalho e o destinatário.

QUESTÃO 56

No fechamento do exercício, a Contabilidade revisou a conformidade de um controle interno de pagamentos ("pagamento somente após atesto e autorização formal"). Em uma verificação interna de 60 processos, foram identificadas 3 ocorrências sem comprovação de autorização formal. Para fins de conclusão sobre a confiabilidade do controle (e definição do grau de aprofundamento de procedimentos de verificação de saldos), foi adotada taxa de desvio tolerável de 4%.

Considerando a finalidade de testes de controle e de procedimentos substantivos, bem como a distinção entre erro e fraude, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A taxa de desvio observada é 5%; o resultado indica necessidade de manter ou ampliar procedimentos substantivos sobre os saldos e transações associados e; a fraude se caracteriza, em essência, pela intencionalidade, distinguindo-se do erro quanto à intenção.

(B) A taxa de desvio observada é 5%; o resultado permite reduzir procedimentos substantivos, por situar-se dentro do limite tolerável e; a fraude se distingue do erro, principalmente, pela materialidade da distorção gerada.

(C) A taxa de desvio observada é 4%; o resultado indica controle confiável para reduzir procedimentos substantivos e; procedimentos substantivos têm por objetivo principal avaliar o funcionamento do controle ao longo do período.

(D) A taxa de desvio observada é 3%; o resultado indica controle confiável para reduzir procedimentos substantivos e; o erro se relaciona a intencionalidade, enquanto a fraude se associa a falhas não intencionais de processo.

(E) A taxa de desvio observada é 5%; o resultado permite substituir procedimentos substantivos por evidência exclusivamente analítica e; procedimentos substantivos têm por finalidade principal avaliar o desenho do controle.

QUESTÃO 57

Na contabilidade, a distinção entre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes decorre de critérios técnicos relacionados a obrigação presente, probabilidade de saída/entrada de recursos e mensuração confiável.

Considerando apenas esses critérios e o tratamento contábil usual, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) Provisões são reconhecidas quando há obrigação possível, com saída de recursos possível e mensuração estimável; passivos contingentes são reconhecidos quando a saída de recursos é provável e o valor pode ser estimado.

(B) Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente, com saída de recursos provável e mensuração confiável; passivos contingentes, quando não reconhecidos, são tipicamente objeto de evidenciação; ativos contingentes, quando a entrada de recursos é provável, são reconhecidos no ativo com contrapartida em receita.

(C) Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente, com saída de recursos provável e mensuração confiável; passivos contingentes são divulgados quando há obrigação possível ou presente não reconhecida; ativos contingentes não são reconhecidos e, quando a entrada de recursos é provável, são evidenciados.

(D) Provisões e passivos contingentes são equivalentes, diferindo apenas na forma de apresentação; ambos são reconhecidos no passivo sempre que a saída de recursos seja possível e o valor estimável.

(E) Ativos contingentes são reconhecidos quando a entrada de recursos é possível e mensurável; provisões são divulgadas em notas quando a saída de recursos é provável, pois o reconhecimento depende de pagamento.

QUESTÃO 58

Para análise de liquidez e gestão de curto prazo, considere as seguintes informações sintéticas (em R\$) ao final de dois períodos consecutivos:

Ativo Circulante (AC): 400.000 → 420.000.

Passivo Circulante (PC): 250.000 → 280.000.

Estoques: 120.000 → 150.000.

Disponibilidades (Caixa e equivalentes): 60.000 → 40.000.

Com base nesses dados e na leitura integrada de capital de giro e indicadores, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) O capital de giro líquido (AC – PC) passou de 150.000 para 140.000, indicando redução do colchão de curto prazo.

(B) A liquidez corrente se reduziu de 1,60 para 1,50, sugerindo piora relativa na capacidade de cobertura do passivo de curto prazo.

(C) A elevação de estoques, associada à redução de disponibilidades, é compatível com pressão sobre caixa, ainda que o ativo circulante tenha aumentado.

(D) A redução do capital de giro líquido implica, por si só, aumento do lucro líquido no período, pois representa maior eficiência na utilização de recursos de curto prazo.

(E) A queda de disponibilidades pode ocorrer mesmo com aumento do ativo circulante, dependendo da composição do circulante e da forma de financiamento do crescimento.

QUESTÃO 59

No contexto de controladoria e gestão, mecanismos de controle interno, sistemas de indicadores (incluindo BSC) e práticas de governança/*compliance* possuem finalidades distintas e complementares.

Considerando essa distinção, indique a alternativa **CORRETA** sobre o *Balanced Scorecard*.

(A) Estrutura objetivos e metas; controles internos definem prioridades estratégicas e alocação de recursos; e governança/*compliance* se concentram no monitoramento de indicadores para assegurar desempenho e cumprimento de metas.

(B) Organiza objetivos, indicadores e metas em perspectivas integradas; controles internos atuam na mitigação de riscos e na confiabilidade de processos; e governança/*compliance* estruturam integridade, responsabilidades e aderência normativa, articulando gestão de riscos e prestação de contas.

(C) Estrutura objetivos e metas; controles internos asseguram conformidade normativa por meio de políticas estratégicas; e governança/*compliance* respondem pela execução operacional e pela mensuração dos resultados por indicadores.

(D) Organiza objetivos e metas; controles internos fornecem métricas de desempenho para avaliação gerencial; e governança/*compliance* descrevem processos de conciliação e fechamento para assegurar a integridade dos demonstrativos.

(E) Integra objetivos e indicadores; controles internos avaliam riscos e definem políticas de integridade; e governança/*compliance* operam a prevenção de falhas mediante testes substantivos e de observância sobre registros contábeis.

QUESTÃO 60

No exercício profissional, o contador atua sob deveres éticos (sigilo, independência técnica, zelo e diligência) e sob responsabilidades que podem se projetar nas esferas civil, administrativa e penal, especialmente quando sua atuação integra processos decisórios e de prestação de contas no setor público.

Considerando essas balizas e a lógica do direito público/financeiro aplicada à atuação contábil, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) O sigilo profissional constitui dever instrumental à confiança e à integridade da informação, admitindo comunicação de dados estritamente necessários quando houver dever legal de informar ou quando a atuação do contador estiver vinculada a processo formal de controle externo, preservada a delimitação do objeto e a rastreabilidade da prestação de informações.

(B) A independência técnica se traduz na emissão de juízo profissional sem subordinação a conveniências administrativas ou pressões hierárquicas, especialmente em matérias de reconhecimento, evidenciação e conformidade, de modo que a assinatura ou chancela do contador não se converte em ato meramente formal quando a consistência técnica estiver comprometida.

(C) A responsabilidade do contador pode decorrer de ação ou omissão culposa ou dolosa em atos de escrituração, demonstrações e relatórios, inclusive quando tais peças subsidiam decisões administrativas, sem prejuízo de responsabilização concorrente de gestores quando houver nexos entre o conteúdo técnico e a decisão praticada.

(D) A conformidade na atuação contábil no setor público pressupõe aderência simultânea a normas técnicas e às exigências do direito financeiro, de modo que a escrituração e a evidenciação devem assegurar consistência, rastreabilidade e suporte à prestação de contas, evitando que a forma contábil seja utilizada para obscurecer a substância do ato administrativo.

(E) Em razão da supremacia do interesse público, a atuação contábil na Administração afasta a incidência de deveres éticos de sigilo e independência técnica, pois a transparência administrativa impõe publicidade irrestrita de informações e a hierarquia funcional confere ao gestor competência para determinar o conteúdo técnico a ser registrado.